

3.

ARGUMENTAÇÃO E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

3.1

A relação entre conhecimento lingüístico e processamento

No capítulo precedente, verificou-se que o traço de gênero se manifesta morfológicamente na grande maioria das línguas naturais conhecidas, apresentando-se de forma variada nos diversos sistemas, e isso não implica maiores dificuldades de aquisição para a criança.

Foram vistos, igualmente, estudos sobre identificação de gênero que não levam em conta um modelo de língua, e hipóteses acerca da aquisição de categorias funcionais que não explicam o modo como a criança relaciona o que lhe seria fornecido biologicamente em termos de uma gramática inicial com os estímulos captados perceptualmente.

A perspectiva teórica que se assume nesta tese busca a conciliação de um modelo teórico de língua(gem) com um modo de processamento. Propõe-se um modelo de identificação do sistema de gênero baseado no modo como a criança estabelece uma relação da informação captada perceptualmente com informação de natureza lingüística fornecida por um programa genético.

A hipótese assumida nesta tese é que a criança usa informação de gênero manifesta nos elementos de uma classe fechada – a categoria D, para identificar o valor do traço intrínseco de gênero de nomes [animado]. Essa valoração do traço dos nomes seria dada pela identificação da variação morfo-fonológica na categoria D, pelo reconhecimento de determinado valor na variação e transferência desse valor ao Nome (Corrêa, no prelo, 2001a; Name & Corrêa, 2002).

Considera-se que a manifestação morfo-fonológica do traço de gênero em elementos de uma categoria fechada facilitaria a tarefa de

reconhecimento/identificação dos possíveis valores desse traço. Ainda, considera-se também que a configuração do DP, tal como é caracterizada pela teoria linguística assumida, i.e., um sintagma cujo núcleo é o Determinante e seu complemento um NP, permite que a criança estabeleça a concordância sintática entre esses elementos. Finalmente, considera-se a disponibilidade da categoria funcional D no período inicial da aquisição da linguagem, para que a criança possa perceber as variações morfo-fonológicas nos elementos dessa categoria, para que ela possa relacionar essas variações a valores do traço de gênero de seus elementos e possa estabelecer o mecanismo de concordância sintática.

Já foi visto, no capítulo 2, que as línguas que manifestam morfo-fonologicamente o traço de gênero apresentam sempre essa manifestação em ao menos um elemento da categoria D. Será visto, neste capítulo, como um modelo linguístico de base gerativista (Programa Minimalista: Chomsky, 1995, 1999; Frampton & Gutmann, 2000; Frampton et al., 2000) trata o traço de gênero e as relações de concordância de gênero no DP. Será vista, igualmente, uma hipótese acerca do modo de inserção da criança no sistema da língua (*Bootstrapping* Fonológico: Morgan & Demuth, 1996; Christophe et al. 1997) que leva em conta o que é necessário em termos perceptuais para que a criança possa relacionar aquilo que ela ouve – dados linguísticos primários – com a informação especificamente linguística disponibilizada geneticamente.

3.2

Concepção geral do Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1998, 1999)

O Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999) propõe como níveis de representação apenas os níveis de interface com os sistemas de desempenho. Assumindo como sistemas de desempenho os sistemas *Articulatório-Perceptual* (A-P) e *Conceptual-Intencional* (C-I), os níveis de interface seriam a *Forma Fonética* (PF, *Phonetic Form*) e a *Forma Lógica* (LF, *Logical Form*), respectivamente.

Ainda, dentro da concepção minimalista, a faculdade de linguagem compreende um léxico e um sistema computacional. No léxico estão representadas as

propriedades idiossincráticas dos itens lexicais. Para dar origem a uma derivação, esses itens são selecionados na *Numeração*. *Numeração* é, assim, um conjunto de itens lexicais (LI) e de seus índices (i), que especificam o número de vezes que LI é selecionado (LI, i). Informação de natureza fonológica não pode ser lida na LF, e informação de natureza semântica não pode ser lida na PF. Chomsky (1995) propõe a operação de *spell-out*, que permite separar os objetos distintos das duas formas. As operações realizadas antes do *spell-out* transcorrem no que é chamado de sintaxe aberta, em oposição à sintaxe encoberta, que seria entre o *spell-out* e a LF (Chomsky, 1995).

Todo item do léxico é composto de traços – fonológicos, semânticos e formais. O gênero é um traço formal – um *traço-phi*, junto com número e pessoa. Somente os traços formais (*traços-phi*, categoriais e de caso³⁴) são acessíveis ao sistema computacional e podem ser passados à Forma Lógica (LF) para serem interpretados.

Os traços podem ser caracterizados em função de sua interpretabilidade e de sua natureza intrínseca ou opcional. O traço de gênero é opcional no determinante, adjetivo etc. No nome, esse traço pode ser intrínseco – por exemplo, em *livro*, *cadeira*, *homem*, *mulher*, ou opcional – como em *amigo/a*. O valor do traço de gênero, quando intrínseco, seria especificado na entrada lexical; quando fosse opcional, o valor desse traço variaria e seria especificado na *Numeração*; a expressão dessa opcionalidade seria morfológica (tanto nos nomes quanto nos determinantes, adjetivos etc.) (cf. Capítulo 2, 2.2.1).

No que diz respeito à interpretabilidade, o traço de gênero seria interpretável nos nomes, mas não o seria nos determinantes e adjetivos. O fato de o nome ser [+interpretável] garantiria sua legibilidade na interface. A interpretabilidade de um traço diz respeito a conteúdo semântico para Chomsky (1995:277, nota 48), ainda que não seja muito claro o que isso signifique. Contudo, alguns nomes, em português e em

³⁴ Em *Derivation by Phase* (DBP: Chomsky, 1999), versão mais recente do Programa Minimalista, busca-se um tratamento diferenciado para caso (ver também Frampton e Guttman, 2000).

outras línguas românicas, podem ser subespecificados semanticamente no que diz respeito ao gênero, como nomes [- animado] (por exemplo, *ponte*, *pente* etc.) e alguns nomes [+ animado] com traço intrínseco (*vítima*, *testemunha* etc.) (cf. Capítulo 2, 2.2.1).

Em termos gerais, categorias lexicais têm traços [+ interpr] e categorias funcionais têm traços [- interpr]. Um traço *não interpretável*, segundo o Programa Minimalista, precisa ser checado³⁵ e apagado no curso da derivação. Além disso, esse traço pode ser forte ou fraco. Se o traço é forte, a checagem vai se dar na sintaxe aberta, tendo repercussão morfo-fonológica, i.e., a checagem é marcada pelo envio de material morfo-fonológico à Forma Fonética (PF). Mas se o traço é fraco, a checagem só se dá na sintaxe encoberta, depois de *spell-out*, sem repercussão morfo-fonológica. A marca morfológica de concordância nas línguas seria, dessa forma, reflexo de uma checagem de traços na sintaxe aberta, sendo tal checagem, por sua vez, consequência da força dos traços nas categorias funcionais. Dessa forma, a variação paramétrica estaria vinculada às categorias funcionais.

Mesmo que ainda não tenha sido tratada explicitamente por esse modelo teórico, tome-se, como exemplo, a concordância de gênero no sintagma determinante (DP). O traço de gênero do Nome seria [+ interpr] e [- interpr] no Determinante. Esse traço no Determinante precisaria ser checado e apagado. No português e em outras línguas, tal traço seria forte e, portanto, a checagem aconteceria na sintaxe aberta, com envio de material morfo-fonológico à Forma Fonética (PF) para ser lido pelo chamado sistema Articulatório-Perceptual (A-P). Dessa forma, supõe-se que, em línguas como o inglês, também haveria checagem, mas como o traço de gênero no determinante é fraco, a checagem aconteceria na sintaxe encoberta, não havendo manifestação morfológica de concordância³⁶.

³⁵ *Checking Theory* (Chomsky, 1995) pode ser traduzido por Teoria da Checagem ou Teoria da Verificação. Adotou-se, nesta tese, a primeira opção.

³⁶ Inglês tinha manifestação explícita de gênero até o século XII. É possível supor que o traço de gênero era forte e passou a fraco, com a perda da concordância. A perda da concordância levaria à não identificação do traço de gênero do nome. Propriedades acústicas dos morfemas de gênero poderiam ser a causa do enfraquecimento do traço.

Mas nem sempre a concordância foi tratada dessa forma pela teoria lingüística e, mesmo atualmente, não há trabalhos tratando especificamente da concordância de gênero entre Determinante e Nome. Serão vistos, a seguir, trabalhos que tratam do gênero ou da concordância dentro do DP. Em seguida, será proposto um refinamento da proposta de concordância de gênero no DP, apresentada rapidamente no parágrafo anterior.

3.3 A concordância na Teoria Lingüística

3.3.1 As categorias funcionais

No capítulo anterior, foi visto que em 1987, Abney propõe a categoria funcional Determinante para dar conta de fenômenos ligados a construções possessivas no que era tratado como sintagma nominal (NP). O trabalho de Abney insere-se no Modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981, 1986), que antecedeu o Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999) na proposta teórica desenvolvida pelo Gerativismo.

Nesse modelo, eram consideradas categorias funcionais Complementizador (Comp) e Flexão (Infl, do inglês *Inflection*). A categoria funcional Infl marca propriedades de V que definem se a sentença é finita ou não, com [+ finito] e [+ tempo]. Sendo a oração [+ finito], Infl terá o elemento Agr (de *Agreement*, concordância), conjunto de traços de pessoa, número e gênero (traços-phi). Segundo Míoto et al., a projeção IP « dá ao constituinte verbal o estatuto de sentença » (1999:63).

Já Comp (*Complementizer*, Complementizador) é uma outra categoria funcional que caracteriza sentenças com complementizadores, como

(8) Ela disse [_{CP} que [_{IP} eles chegaram]]

Como visto no capítulo 2, Abney (1987) propõe que o Sintagma Nominal (NP) seja inserido na estrutura da oração como um complemento de uma projeção funcional que ele vai chamar de Sintagma Determinante (*Determiner Phrase*, DP).

Em 1989, Pollock propõe que Tempo e Agr (concordância) sejam categorias funcionais distintas, baseado em diferenças na posição do verbo na sentença entre línguas como francês e inglês (Cisão do IP: Pollock, 1989). Dessa forma, as versões do chamado Modelo de Princípios e Parâmetros, no final dos anos 80, passariam a incorporar quatro categorias funcionais – C, T, Agr e D.

Traços de gênero, número e pessoa (traços-*phi*) eram atribuídos ao nome e ao verbo no curso da derivação através dos núcleos Agr. Agr projeta na sintaxe os traços-*phi*, e o verbo se move para a posição de AgrP para receber flexão correspondente a esses traços. A partir da cisão do IP em TP e AgrP, trava-se, na teoria lingüística, uma discussão sobre a posição dessas projeções na estrutura, em termos de dominância: se TP domina AgrP (proposto por Pollock) ou o contrário, como foi proposto por Belletti (cf. Radford, 1997a; Chomsky, 1995; Galves, 2001). Chomsky propõe, então, uma outra posição Agr, que desse conta da concordância com o objeto, presente em algumas línguas. Assim, passou-se a ter um núcleo Agr referente à concordância com o sujeito (Agr-S) e um núcleo Agr para a concordância com o objeto (Agr-O).

3.3.2

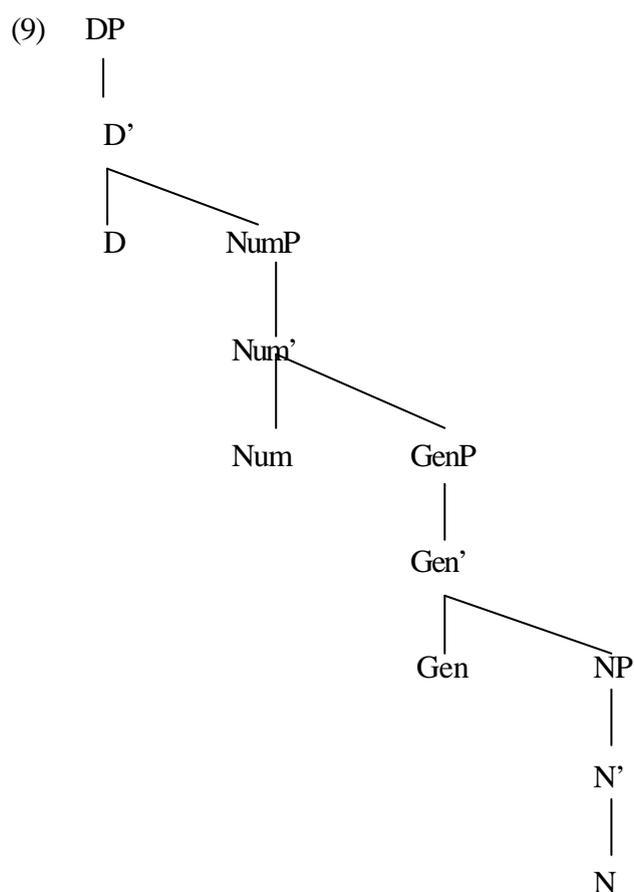
A concordância de gênero no Nome

Naquele momento (final dos anos 80), a discussão sobre concordância dizia respeito sobretudo à concordância verbal. A partir da configuração de DP proposta por Abney (1987), contendo o elemento Agr, a concordância dentro do DP começou a ser explorada. No entanto, os trabalhos sobre concordância no DP, nessa época, buscavam dar conta da manifestação de gênero (e de número) no nome, e não da concordância de gênero (e número) entre Determinante e Nome. Nessa perspectiva,

Picallo (1991) propõe uma categoria funcional de gênero, situada entre o sintagma de número (NumP) e o sintagma nominal (NP).

Para entender a proposta de Picallo, é preciso lembrar que, à época do modelo Princípios e Parâmetros, postulavam-se os níveis de derivação *Estrutura Profunda* (ou *Estrutura-D*, de *Deep-structure*) e *Estrutura de Superfície* ou *Estrutura-S* (*Surface-structure*). Ainda, postulava-se que elementos funcionais constituíam entidades sintáticas separadas nesses níveis, encabeçando suas próprias projeções (Hipótese XP funcional : Pollock, 1989).

Adotando esses pressupostos, Picallo se baseia no catalão (língua que marca gênero e número no nome) para propor a seguinte configuração para o DP :



O nome entraria na estrutura sem marcas de gênero e número. Seria alçado para o núcleo funcional de gênero (GenP), onde “receberia” gênero; em seguida, seria alçado para o núcleo funcional de número (NumP), onde “receberia” número. A ordem dos núcleos na árvore refletiria a ordem na qual os afixos – do nome – aparecem na estrutura-S. Picallo não discute as marcas de gênero e número no Determinante e nem a relação de concordância estabelecida entre Nome e Determinante.

Ritter (1993) também só discute a questão do gênero do Nome, ainda dentro do Modelo de Princípios e Parâmetros. Diferentemente da postura de Picallo (1991), para Ritter (1993), gênero e número têm *status* diferente. Número seria realizado como núcleo de uma categoria funcional – NumP, já que seria atribuído ao Nome na derivação, com seu alçamento para essa projeção. Mas gênero seria um traço, não teria *status* de categoria funcional, e seria realizado em um dos núcleos do NP, sendo que a escolha do núcleo variaria em função da língua.

Ritter compara o hebraico com algumas línguas românicas. Em hebraico, mudança de gênero é uma estratégia produtiva de derivação lexical, sem que seja imputado ao gênero algum valor semântico particular. Por exemplo, *amud* (m.) significa página; com acréscimo de sufixo feminino (*amud-a*), significa coluna. Isso seria indício de que o gênero faria parte da entrada lexical. Mas, para a autora, a mudança de gênero do nome, nas línguas românicas, estaria restringida a uma relação com a propriedade sexo do elemento da classe denotada pelo nome. Dessa forma, o nome não teria especificação de gênero até que entrasse na derivação, sendo então flexionado em gênero, segundo a autora.

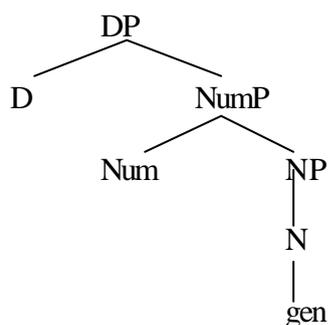
Um outro argumento usado por Ritter é que, para ela, o sufixo de plural, em hebraico, conteria informação relativa exclusivamente a número. Ainda que o sufixo de plural possa ter formas diferentes em função do gênero, o gênero da base não é alterado pela forma do sufixo de plural. Exemplificando, *sana* (olho) é feminino; no plural, recebe sufixo característico de masculino (*san-im*), mas o gênero permanece

feminino, e a concordância com adjetivos, por exemplo, se faz com o gênero feminino.

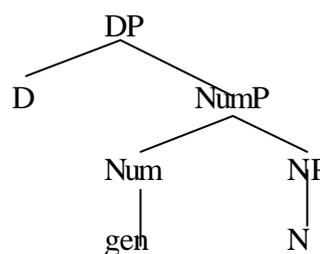
Em romeno e francês, alguns nomes mudam de gênero quando passam para o plural. *Amour* (amor), em francês, é masculino no singular - *l'amour enfantin* (“amor infantil”), mas feminino no plural – *les amours enfantines* (“amores infantis” (f.)). A mudança de gênero mostraria, para ela, que o gênero seria atribuído na derivação, no momento em que seria atribuído número. O que Ritter não diz é que isso se restringe a um número reduzido de nomes e, pelo menos em francês, leva a uma mudança de sentido. “Amor infantil” é amor de criança, mas “amores infantis” significa “amores imaturos, bobos”, ficando a dúvida de serem ou não uma mesma entrada lexical.

De todo modo, esse comportamento do gênero no plural, em hebraico e em línguas românicas, seria uma evidência, para Ritter, de que o traço de gênero estaria situado no nome em hebraico, e na projeção de número (NumP) nas línguas românicas. A configuração do DP seria a mesma para os dois grupos de língua; a diferença estaria na localização do traço de gênero:

(10) Hebraico



Românicas



Há alguns problemas na proposta de Ritter, assim como há também na proposta de Picallo. Em primeiro lugar, as línguas românicas não poderiam ser tratadas de forma homogênea, como o faz Ritter, posto que apresentam diferenças nos pontos considerados pela autora. A mudança de gênero em alguns nomes, quando no plural

(se é possível chamar de mudança e não uma outra entrada lexical), parece acontecer somente em romeno e francês e, ainda assim, em poucos casos. Em segundo lugar, o outro ponto destacado por Ritter que distinguiria o hebraico das línguas românicas - o uso de mudança de gênero do nome como resultado de um processo derivacional - parece ao menos já ter sido produtivo em português, tanto partindo do masculino para o feminino - como em manto/manta, poço/poça, saco/saca etc., como no sentido inverso, como em barca/barco, jarra/jarro, bolsa/bolso etc. (ver Capítulo 2, 2.2.1.1). Dessa forma, as evidências apresentadas por Ritter são passíveis de questionamento, enfraquecendo sua argumentação.

Já Picallo trata indistintamente nomes que, do ponto de vista minimalista, seriam tratados como nomes com traço de gênero opcional e nomes com traço intrínseco, propondo que os dois tipos fossem formados no curso da derivação. Para ela, gênero seria uma categoria projetada como GenP, e não um traço. Como encaixar *cadeira*, por exemplo, na estrutura por ela proposta? Haveria uma entrada “*cadeir-*” que, no curso da derivação, seria alçada a GenP, com atribuição de gênero e sufixo “*-a*”³⁷? Se ainda fosse possível supor tal procedimento para nomes tradicionalmente tratados como flexionados (caso de *gato/-a*), ele seria pouco sustentável para nomes do tipo *cadeira*. De todo modo, as propostas dessas autoras não se sustentam à luz das versões mais recentes da teoria lingüística gerativa, tendo em vista que, no Minimalismo (Chomsky, 1995), gênero e número são caracterizados como traços e não como categorias, e seus valores são especificados no léxico ou na Numeração.

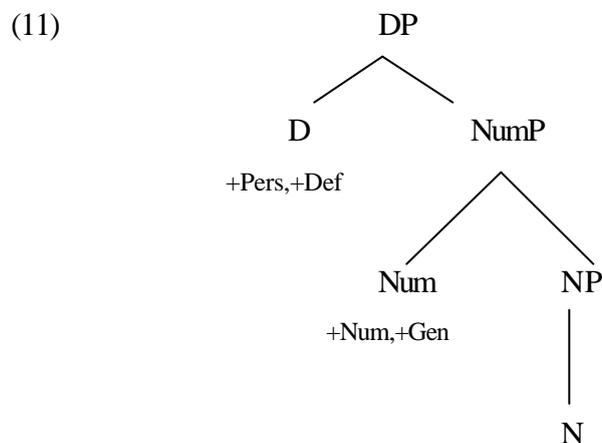
A tese sobre gênero de Di Domenico (1997) já se insere no âmbito do Programa Minimalista, mas ainda se restringe à discussão da representação de gênero nos nomes. Para ela, a entrada lexical teria de ter, no léxico, traço de gênero especificado (como *cadeira*, *homem* etc.) ou traço de animacidade (*gato/-a*) e, nesse caso, o gênero seria escolhido na Numeração, da mesma forma como seria número. Nesse ponto, sua

³⁷ Picallo considera o gênero como “selecionador de categoria”, classificando os nomes em duas subcategorias: [+ fem] ou [- fem]. Mudando um pouco a proposta de Harris (1991), segundo a qual terminações típicas de gênero são « marcadores de palavras » (*word markers*), Picallo propõe que a marca de gênero, que ela chama de *elemento funcional*, seja uma espécie de « marcador de palavra ».

proposta é coerente com o Programa Minimalista, no que concerne a traços intrínsecos (*cadeira*, *vítima*) e opcionais (*gato/-a*).

No entanto, diferentemente de Chomsky (1995, 1998) (em que número, assim como gênero, é um traço e não um nó funcional), Di Domenico considera que o traço de gênero do Nome – seja ele intrínseco, especificado na entrada lexical, ou opcional, especificado na Numeração – deveria ser checado na derivação, precisando, para isso, que fosse projetado na sintaxe em algum outro nó além do Nome. A autora propõe que seja numa projeção de número – NumP – tal como Ritter (1993) já havia proposto, tratando, dessa forma, gênero e número de forma distinta. Seu argumento é de que as línguas só marcam gênero quando também marcam número, parecendo haver uma dependência do gênero em relação ao número (Universal 36 de Greenberg, cf. Di Domenico, 1997:131).

Dessa forma, Di Domenico propõe a seguinte estrutura para o DP:



Essa discussão, contudo, não se adequa à abordagem minimalista, adotada por Di Domenico. Nesse modelo, como já visto, o traço de gênero do nome é [+interpretável], e traços [+interpretável] não precisam ser checados. O trabalho de Di Domenico parece ainda estar a meio caminho entre a concepção anterior de teoria lingüística e o Programa Minimalista. Ainda que absorva a teoria de checagem de

traços desse último, a proposta ainda guarda a preocupação com a formação do item lexical na derivação, característica de uma perspectiva de atribuição de traços.

3.3.3 A Concordância no DP

A concepção de concordância foi aos poucos se transformando. Da atribuição de traços por AgrP no Modelo de Princípios e Parâmetros, passou-se a uma checagem de traços no Programa Minimalista (Chomsky 1995, 1998). Nessa perspectiva, a categoria funcional Agr, que havia sido postulada por razões exclusivamente internas à teoria³⁸, foi abolida. Passa a serem três o número de categorias funcionais no Programa Minimalista: T(empo), C(omplementizador) e D(eterminante) (Chomsky, 1995:378) (ver nota 11, página 12 desta tese).

Na Teoria de Checagem proposta (Chomsky, 1995³⁹), as relações de checagem se dão entre núcleo e especificadores. Para checar um traço [-interpretável] seu, um elemento de categoria funcional atrai o núcleo de uma categoria lexical no seu domínio⁴⁰. O núcleo se move para a posição Spec (*Specifier*, especificador) da categoria funcional, checando seu(s) traço(s) [+interpr] com o(s) traço(s) daquela categoria, que será(ão) apagado(s).

Outras possibilidades de relações de checagem avançadas posteriormente são: checagem entre dois núcleos (decorrente de adjunção por movimento) e checagem *in situ* entre núcleo e complemento, como é o caso da relação entre Determinante e Nome e da checagem de caso inerente. Em uma nota, Chomsky (1999) usa o termo *Concord* para diferenciar a concordância canônica, com movimento – *Agreement*, da concordância envolvendo apenas concatenação (*merge*). A concordância entre o

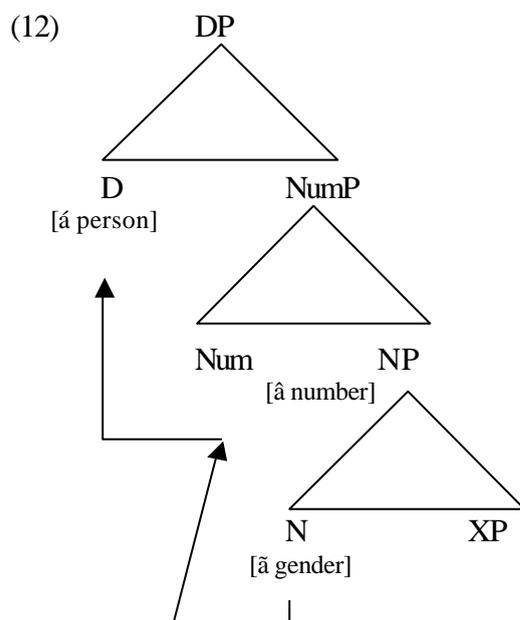
³⁸ De acordo com Chomsky (1995), a postulação de categorias funcionais têm de ser justificada ou por condições de saída (interpretação fonética e semântica) ou por argumentos internos à teoria. Dentre outras razões, Agr foi abolida por não apresentar propriedades semânticas.

³⁹ O texto original foi publicado em 1992 na forma de *working paper*, aparecendo em 1993 em Hale & Keyser (eds.) *The view from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*, e retomado no capítulo 3 do livro *The Minimalist Program* (Chomsky, 1995).

⁴⁰ Domínio de um núcleo (á) é o conjunto de nós contidos dentro da projeção máxima de á distintos de á (Chomsky, 1995:178).

Determinante e o Nome, no DP, seria desse tipo, entre núcleo e complemento, com checagem de traços *in situ*, i.e., sem alçamento do Nome para uma posição de especificador.

No entanto, Carstens (2000), ainda que usando o termo *Concord*, postula que tal checagem aconteceria diferentemente. Ela assume um nível intermediário entre NP e DP que seria uma projeção de Num – NumP. D teria traços [+ interpr] de pessoa e [- interpr] de gênero e número; Num teria traço [+ interpr] de número e N teria traço [+ interpr] de gênero. O traço [- interpr] de gênero de D motivaria o alçamento de N, que seria alçado primeiramente para NumP e, em seguida, para D. N seria adjungido a D.



Carstens, na verdade, discute a concordância do adjetivo dentro do DP. Haveria uma série de problemas na concepção de concordância de Chomsky (1995, 1998)⁴¹ que ela tenta resolver. Essas questões não dizem respeito à tese diretamente, mas o importante é que, para resolver esses problemas, Carstens propõe uma reformulação da teoria de checagem.

⁴¹ Segundo Carstens (2000), a concepção de concordância de Chomsky (1995) não resolveria o problema de concordância entre N e adjetivos (APs) e construções 'of' (KPs). Na proposta de 1998,

De acordo com a Teoria de Checagem tal como vinha sendo desenvolvida, núcleos funcionais T° e v° (e D°) têm traços [- interpretável] que disparam o alçamento de argumentos e verbos para a checagem desses traços (“Operação Atrair/Mover” (*Attract/Move*), Chomsky, 1995:297).

Com o alçamento de N para o domínio de D, o adjetivo (modificador) não tem como checar seus traços [- interpretável] de gênero e número. Carstens propõe que os próprios traços [- interpretável] de modificadores e argumentos do Nome possam disparar sua checagem com os traços interpretáveis do Nome.

Tanto na concepção de Chomsky (1999), segundo a qual *Concord* reflete concordância *in situ*, em uma relação entre núcleo e complemento, quanto na concepção de *Concord* de Carstens (2000), com alçamento de N (para NumP e) para D, há uma relação de concordância entre nome e determinante, em que o traço de gênero do primeiro já está especificado no léxico, na gramática do adulto. Mas, do ponto de vista da aquisição da linguagem, um problema continua presente – como identificar o traço de gênero do nome, de modo que ele fique especificado no léxico? Assumindo-se um sistema computacional inato, comum às diferentes línguas, este teria de ser capaz de atuar a despeito de o gênero do nome não ter traço com valor especificado, como é no caso da aquisição de itens lexicais (nomes novos) cujo valor do gênero gramatical só se torna acessível em função da concordância.

Neste estudo, parte-se do pressuposto de que uma teoria de aquisição da linguagem precisa incorporar um modelo de língua que possa garantir a identificação do que é específico de uma dada língua em função do próprio modo de operação de um sistema computacional lingüístico comum às línguas humanas (cf. Corrêa, no prelo). Assim sendo, é necessário que o modelo de língua incorporado possa dar conta do estabelecimento da concordância de gênero a despeito de o valor do traço de

segundo Carstens, as relações de checagem estabelecidas sem alçamento de traços impediriam que N° estabelecesse relação de checagem com mais de um elemento dentro do DP.

gênero do nome ainda não estar fixado. Ou seja, é preciso que o sistema computacional lingüístico garanta o processamento da concordância de gênero entre determinante e nome de modo que o gênero desse último lhe seja atribuído pela criança. Um dos objetivos desse trabalho é apresentar um modelo de língua compatível com a hipótese aqui incorporada. Busca-se, pois, uma concepção de concordância de gênero que além de poder dar conta da capacidade de o falante adulto da língua estabelecer concordância de gênero no DP, pode dar conta do estabelecimento da concordância pela criança quando o valor do traço de gênero do nome ainda não se encontra fixado.

Para que o valor do traço intrínseco de gênero de nomes em aquisição seja identificado, é necessário que a concordância entre determinante e nome possa se estabelecer nessa direção, i.e., do valor do traço de gênero do determinante para o valor do traço de gênero do nome. A versão mais recente do Programa Minimalista, *Derivation by Phase* (DBP: Chomsky, 1999), parece ser compatível com essa proposta, como será visto a seguir.

3.4

A concordância em *Derivation by Phase* (DBP: Chomsky, 1999)

Nesta versão da proposta minimalista, concordância é vista como uma valoração de traços. Há traços “valorados” (*valued*) e traços “não-valorados” (*unvalued*). Há uma certa volta da idéia de *agree*, no sentido de o traço ser valorado derivacionalmente, assim como era atribuído derivacionalmente. Um elemento com traço [- interpretável] é chamado de sonda (*probe*). Traços [- interpretável] entram na derivação sem valor; por isso, a sonda busca, no seu domínio, um elemento com traço de dimensão⁴² idêntica. Esse elemento é chamado de alvo (*goal*). Caso o traço do alvo tenha valor, o traço da sonda recebe esse mesmo valor, e é apagado da sintaxe aberta, mas enviado – valorado – para a Forma Fonológica (PF).

⁴² Para efeito de clareza descritiva, Uriagereka (*on line*) usa três termos distintos: traço, valor e dimensão. Um traço é uma dimensão com valor (p. ex., N+); dimensão é o tipo de traço (N, V...) e

Frampton e colaboradores (Frampton & Gutmann, 2000; Frampton et al., 2000) desenvolvem a idéia e propõem que a concordância seja vista como um compartilhamento de traços (*feature sharing*), guiada por traços sem valor. Nessa proposta, uma derivação é construída por aplicações alternadas de Seleção (*Select*) e Atração (*Attract*). Um núcleo⁴³ é introduzido na sintaxe por aplicação de Seleção. Os traços não valorados desse núcleo precisam ser satisfeitos⁴⁴ pela aplicação de Atração. O núcleo desencadeador de aplicações de Atração é chamado de *pivô*. Todos os traços não valorados do pivô precisam ser satisfeitos para que a derivação possa prosseguir, com uma nova aplicação de Seleção. A busca por um traço que satisfaça o traço não valorado do pivô é feita de cima para baixo e, ao encontrar um traço de mesma dimensão, ela pára. Os valores dos traços são fundidos, resultando em um traço compartilhado. Se o traço encontrado tiver valor, tal valor passa a ser compartilhado pelos dois traços. Se o traço encontrado for sem valor, permanecem ambos sem valor. A concordância, em termos de compartilhamento de traços, seria “cega” para o valor do traço buscado. Poderia haver, assim, compartilhamento entre um traço sem valor e um traço com valor, e entre traços sem valor⁴⁵. O importante, para a hipótese desse trabalho, é que a concordância seja guiada por um traço sem valor.

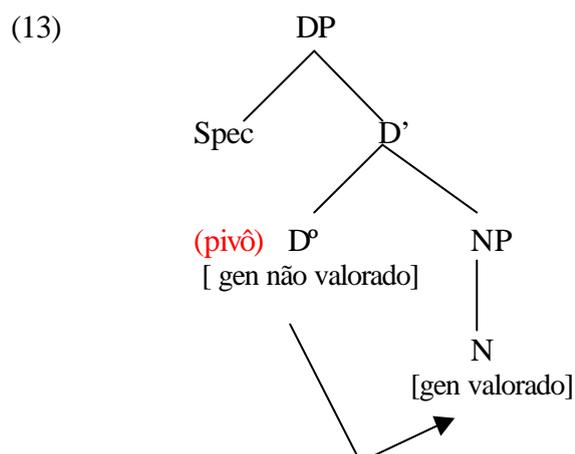
valor pode ser descrito em termos de positivo ou negativo. Nesse sentido, a sonda busca uma dimensão e não um traço, já que ela não se interessa pelo valor do alvo.

⁴³ Não há informação sobre o tipo de núcleo a que os autores se referem, apenas de que se trata de um núcleo com traço não valorado. Assumindo-se uma compatibilidade de conceitos entre [+interpretável] e [+valorado], um traço não valorado seria, também, [-interpr]. Essa compatibilidade seria respaldada pelo fato de ser um traço não valorado que implementa a busca, nesse modelo, e de ser um traço [-interpr] que aciona a checagem na proposta de Chomsky (1995).

⁴⁴ Não é claro, contudo, o que se entende por satisfazer traços não valorados: se isso implica a necessidade de valorá-los, ou somente a necessidade de busca de outro traço de mesma dimensão, mesmo que também não valorado. Ver nota seguinte.

⁴⁵ O texto de Frampton & Gutmann (2000) não é claro, dizendo em algumas passagens que o compartilhamento é cego para o valor dos traços, podendo resultar em traços não valorados (págs. 4, 6) e em outras assumindo que não há traços não valorados na representação final, sendo necessária a valoração de todos eles (pág. 9). A segunda posição traria problemas para o modelo proposto, já que ele supõe que a não manifestação morfológica de gênero em algumas línguas seria decorrente do compartilhamento de traços não valorados. Uma outra possibilidade seria tratar o traço de gênero como é tratado o traço de caso estrutural pelos autores. O traço de caso é valorado (ou não) indiretamente, quando *traços-phi* de dois ou mais núcleos são compartilhados. Transpondo para o traço de gênero, este seria valorado (ou não) indiretamente, a partir do compartilhamento de traços de número, por exemplo, de dois ou mais núcleos.

Frampton e colaboradores não tratam especificamente da concordância (de gênero ou não) no DP. Pode-se, entretanto, estender sua proposta de concordância, assumindo-se uma configuração de DP tal como representada abaixo:



O núcleo D° seria um pivô, nos termos propostos por Frampton e colaboradores, com o traço de gênero não valorado. Para satisfazer esse traço, inicia-se uma busca de cima para baixo até que um traço de mesma dimensão seja encontrado. O núcleo N possui traço de gênero, valorado. Ao encontrar o traço de gênero de N, a busca iniciada pelo traço do pivô cessa e os valores desses traços são compartilhados.

Em relação à concordância entre Determinante e Nome, em línguas como o português, pode-se imaginar que, na gramática do adulto:

- o nome tem o traço de gênero especificado com determinado valor
- o determinante tem o traço de gênero sem valor e, portanto, precisa buscar um traço de mesma dimensão
- ao encontrar o traço de gênero do nome, há um compartilhamento de traços, e o valor do traço do nome é compartilhado com o traço do determinante.

Tal procedimento seria independente de língua. Em línguas como o inglês, aconteceria a mesma coisa, mas como o traço de gênero do nome também não teria

valor, o resultado final – compartilhamento de traços sem valor – não apresentaria nenhuma marca morfológica de gênero. Os autores consideram que os valores reais dos traços não teriam qualquer participação até que a estrutura sintática fosse mapeada na estrutura morfológica. Caberia à sintaxe, somente, o cálculo de relações estabelecidas entre núcleos, mediadas pelos traços.

A concordância em termos de compartilhamento de traços permite, em princípio, a identificação de valor do traço de gênero de um nome que ainda não faça parte do léxico. No entanto, do ponto de vista da concordância sintática, o traço de gênero do Nome é valorado e o traço de gênero do Determinante é não valorado. A identificação do valor desse traço teria de acontecer a partir da sua expressão morfológica no determinante, por meio de um processo de concordância que seria estabelecido durante o processamento do sintagma/enunciado.

3.5

A concordância do ponto de vista do processamento e a identificação do valor do traço de gênero de nome [- animado]

Evidências experimentais sugerem que o processamento da concordância de gênero no DP, em tarefa de compreensão, se estabelece pos-lexicalmente. Em tarefas de *priming* sintático (apresentação de um par de elementos que compõem um sintagma), foi observado um efeito inibitório da incongruência de gênero e não um efeito facilitatório de congruência de gênero em relação a uma condição neutra. Esses resultados são favoráveis a modelos de natureza modular, nos quais a informação relativa a gênero, anterior ao nome, não é usada para facilitar o acesso lexical deste. A identificação do gênero do nome permitiria a verificação de sua compatibilidade com o gênero do termo que o precedeu (Friederici e Jacobsen, 1999).

Em Corrêa (no prelo), o modo como o processamento pós-lexical de gênero transcorreria é assim concebido:

uma vez que um item, passível de ser identificado como Determinante, e um item, passível de ser identificado como Nome, são segmentados e reconhecidos no fluxo da fala, os traços lexicais pertinentes a determinantes e nomes são atualizados e mantidos na memória de trabalho. No caso do primeiro, o valor do traço de gênero pode ser identificado com base em informação morfo-fonológica. O valor do traço de gênero do nome pode ser identificado tanto a partir de um morfema de gênero (ou de sua ausência), quando opcional, quanto do próprio acesso lexical à base, quando intrínseco. O *parsing* do Determinante e do Nome resulta na representação temporária de uma estrutura sintagmática correspondente a um DP na memória de trabalho. Uma vez que essa estrutura se encontre representada, o processamento da concordância pode se estabelecer, tendo em vista que a configuração resultante do *parsing* corresponde a uma configuração em que relações de checagem se estabelecem numa derivação lingüística. Dessa forma, o *parsing* de um DP tornaria necessária a verificação da compatibilidade entre o valor dos traços lexico-sintáticos do determinante e do nome recuperados mediante reconhecimento e acesso lexical. Processamento pós-lexical de gênero diz respeito, portanto, à verificação compulsória da compatibilidade entre o valor dos traços de gênero do determinante e do nome.

A criança adquirindo uma língua parte do processamento de enunciados. Assume-se que, uma vez que a criança seja capaz de delimitar determinantes e nomes no fluxo da fala e que a categoria D esteja disponível para o *parsing* do material lingüístico em um DP, o processamento da concordância pode proceder entre determinante e nome de forma que o gênero do nome seja identificado.

Segundo a hipótese de trabalho aqui assumida, a representação morfológica identificada no determinante seria processada como indicativa de um determinado valor do traço de gênero desse item. Uma vez que determinante e nome fossem processados como um DP, a concordância de gênero entre determinante e nome poderia acontecer de forma automática. Contudo, diferentemente do adulto, o valor do traço intrínseco de gênero do nome não seria recuperável do léxico, dado que o nome se encontra em processo de aquisição. Assim, o processador lingüístico depara com a seguinte situação: verificar a compatibilidade entre o valor do traço de gênero identificado no determinante e o valor de um traço de gênero do nome, o qual se encontra subespecificado.

É necessário, portanto, que o sistema computacional comum às línguas opere de forma a permitir que o valor do gênero do nome seja identificado uma vez que o *parsing* do DP se realize. Assumindo a configuração de DP caracterizada em (13) e a

concordância sintática em termos de compartilhamento de traços, tem-se que: uma vez que a representação do DP esteja presente na memória de trabalho da criança em função do *parsing* de elementos de natureza lexical, e uma vez que a criança reconhece o valor do traço de gênero do determinante pela informação morfológica, o modo de operação do sistema computacional garante o compartilhamento do valor do traço de gênero do determinante com o do nome, até então subespecificado. Dessa forma, o valor do traço de gênero do nome é identificado.

Articulando-se, pois, um tratamento lingüístico da concordância, tal como o de Frampton e colaboradores (Frampton & Gutmann, 2000; Frampton et al., 2000) com um modelo de processamento de DP tal como caracterizado acima, mantém-se a importância fundamental das categorias funcionais na aquisição e variação entre línguas. O fato de as distinções de gênero terem de ser feitas no âmbito da categoria D seria compatível com a sensibilidade precoce de bebês a itens de categorias funcionais (Shi et al., 1999, ver Capítulo 2, 2.5). Bebês precisariam ser particularmente sensíveis aos itens dessas categorias e às variações paradigmáticas dentro das mesmas porque seriam elas que informariam as propriedades específicas da língua em aquisição.

A hipótese de *Bootstrapping* fonológico (Morgan & Demuth, 1996; Christophe et al., 1997), que será discutida a seguir, é uma proposta de processamento específico à aquisição da linguagem que busca dar conta de como o bebê processa os enunciados lingüísticos, de modo a extrair elementos (e informações por eles veiculadas) do material lingüístico de que dispõe e relacioná-los à estrutura da língua.

3.6 O *Bootstrapping*

O *bootstrapping* é um modo de teorizar a aquisição da linguagem que privilegia a identificação pela criança de padrões – de natureza sintática, morfológica, fonológica ou semântica - que possibilitem o desencadeamento do programa

biológico, permitindo à criança identificar o modo como categorias e relações gramaticais se manifestam na língua em processo de aquisição.

A noção de *bootstrapping* semântico, proposta por Pinker (1987, 1989) postula que a criança pode usar informações sobre eventos e objetos para chegar ao significado de palavras e estruturas. Uma vez identificados, os significados básicos de palavras e estruturas podem servir de base para a formulação de hipóteses acerca de suas classificações lingüísticas (por exemplo, um nome descrevendo uma ação será provavelmente um verbo).

Gleitman (1990) desenvolveu a idéia de *bootstrapping* sintático, considerando que a interpretação de um dado evento é guiada (restringida) pela estrutura sintática. A partir da análise (*parsing*) do estímulo sonoro em sintagmas, a criança identificaria o número e tipo de sintagmas (argumentos e seleção de categorias sintáticas) exigidos pelo verbo, atribuindo a eles papéis temáticos. Esse procedimento possibilitaria a classificação dos verbos em categorias gerais (verbos de ação, de estado etc.), permitindo, assim, a atribuição (preliminar) de significado ao verbo. Nesse sentido, o processo considerado no *bootstrapping* sintático remete ao léxico, e o sentido de desencadeamento do programa biológico não se aplica.

3.6.1

***Bootstrapping* Fonológico**

Finalmente, o *bootstrapping* fonológico (Morgan & Demuth 1996; Christophe et al. 1997) expressa a idéia de que uma análise fonológica da fala pode dar à criança informações sobre a estrutura de sua língua. O reconhecimento das propriedades distribucionais e fonotáticas de seqüências de fonemas permitiria a “alavancagem” das estruturas gramaticais subjacentes.

A idéia do *bootstrapping* fonológico se fundamenta no pressuposto de que, mesmo havendo conhecimento lingüístico inato (GU), a tarefa da criança adquirindo

uma língua é complexa, requerendo que ela identifique aspectos específicos de sua língua, o padrão fonológico, a ordem de palavras, aspectos da sintaxe e léxico.

Por outro lado, a aquisição não se dá tão somente a partir do estímulo externo; a identificação dos elementos da língua a partir do processamento do material lingüístico deverá alavancar as categorias lingüísticas comuns a todas as línguas naturais, permitindo que a criança relacione os elementos extraídos dos enunciados com essas categorias.

Para isso, é necessário que a criança esteja apta ao processamento do material lingüístico desde o início da aquisição da linguagem. Com efeito, evidências experimentais apontam para o desenvolvimento da análise do material lingüístico nos dois primeiros anos de vida da criança, de modo a justificar esse argumento.

3.6.2

Desenvolvimento perceptual da criança nos primeiros anos de vida

Parece haver uma sofisticação crescente das habilidades perceptuais da criança de modo a permitir a segmentação da fala em elementos que vão posteriormente constituir seu léxico. Supõe-se que a criança extrai informação de regularidades de sua língua, tais como : propriedades fonotáticas (probabilidade de ocorrência contígua de determinados fonemas), supra-segmentais (prosódia : contorno rítmico de unidades lingüísticas, padrão de acentuação de palavras) e distribuição estrutural (posição constante de determinados itens em sintagmas e frases ; por exemplo, determinantes antecedendo nomes).

Bebês nascem com uma capacidade de discriminação de contrastes entre todas as vogais e consoantes possíveis em linguagem humana (Peperkamp & Dupoux, 2002). Progressivamente, o bebê se «especializa » no reconhecimento dos fonemas – vogais e consoantes – de sua língua. Por volta dos seis meses, o bebê começa a perder a sensibilidade a contrastes entre vogais que não sejam de sua língua materna (Polka & Werker, 1994), e entre consoantes, entre 10 e 12 meses (Werker & Tees, 1984).

Paralelamente, o bebê vai se tornando sensível a constituintes da oração cada vez menores. Aos 4 meses, bebês são sensíveis à fronteira entre orações (Hirsh-Pasek et al., 1987; Jusczyk, 1989); aos 9 meses, sua sensibilidade « cai » para fronteiras entre sintagmas (Jusczyk et al. 1992) e aos 11 meses, bebês são sensíveis à fronteira de palavras⁴⁶ (Myers et al. 1996).

No que diz respeito às propriedades fonotáticas, em torno dos 9 meses, o bebê parece ter sensibilidade às combinações de fonemas possíveis na sua língua. Friederici & Wessels (1993) mostraram que bebês holandeses de 9 meses preferem escutar palavras inventadas que respeitam o padrão fonotático do holandês em oposição a palavras que não respeitam. Jusczyk, Luce & Charles-Luce (1994) fizeram estudo semelhante em inglês. Primeiro, fizeram um inventário de combinações de fonemas separando aqueles de alta probabilidade dos de baixa probabilidade. Depois, fizeram duas listas, uma com seqüências que tinham combinações de alta probabilidade, e a outra, com seqüências de fonemas de baixa probabilidade. Apresentados às duas listas, bebês americanos de 9 meses preferiram a lista de alta probabilidade. Ainda, em um outro estudo, Jusczyk et colaboradores (1993) mostraram que, também nessa idade, bebês preferem escutar palavras não-familiares de sua língua a palavras estrangeiras que violem o padrão fonotático de sua língua.

Já foi vista, no capítulo anterior, a sensibilidade precoce de bebês que, com poucos dias, são sensíveis a propriedades acústicas de itens funcionais (Shi et al., 1999). Tal sensibilidade vai se desenvolvendo; por volta dos 11 meses, a criança é sensível aos itens funcionais de sua língua (Shady, 1996; Shafer et al., 1998) e em torno de um ano e meio, é sensível à sua posição estrutural (Shady, 1996).

⁴⁶ O termo *palavra* é usado no sentido de palavra fonológica (cf. Bisol, 1996:233). O experimento contrasta pequenas histórias em que pausas são inseridas em fronteiras de palavras e histórias em que as pausas incidem sobre palavras, dividindo-as em duas partes. Os bebês escutaram mais tempo as histórias cujas pausas coincidem com fronteiras de palavras.

O quadro a seguir apresenta cronologicamente as habilidades de processamento dos estímulos lingüísticos nos dois primeiros anos de vida da criança, assim como sua crescente capacidade de compreensão e categorização de palavras.

Quadro 3.1 : Habilidades de processamento de material lingüístico nos dois primeiros anos de vida

Idade	Habilidade	Referência	Metodologia
1-3 dias	Distinção de pistas acústicas que possibilitam a distinção entre itens lexicais e funcionais	Shi et al. (1999)	Sucção não nutritiva de alta amplitude
2-3 dias	Reconhecimento da voz mãe (mesmo quando “filtrada”)	De Casper and Fifer (1980)	Sucção não nutritiva de alta amplitude
4 meses	Reconhecimento do próprio nome (baseado em informação segmental precisa)	Mandel, Jusczyk & Pisoni (1995)	Escuta preferencial
4 meses	Sensibilidade à fronteira de oração	Hirsh-Pasek et al. (1987) Jusczyk (1989)	Escuta preferencial
6 meses	Início da perda de sensibilidade ao contraste entre vogais não nativas	Polka & Werker (1994)	Escuta preferencial
9 meses	Sensibilidade a fronteiras sintagmáticas	Jusczyk et al. (1992)	Escuta preferencial c/ técnica inserção pausa
9 meses	Preferência por palavras fonotaticamente legais	Friederici & Wessels (1993) (holandês) Jusczyk, Luce & Charles-Luce (1994) (inglês) Jusczyk et al. (1993)	Escuta preferencial
9-13 meses	Atenção às propriedades comuns entre membros de uma classe pelo processo de nomeação	Balaban & Waxman, (1997); Waxman & Markow, (1995); Waxman, (1998)	Fixação preferencial do olhar
10 meses	Compreensão 10 pals.	Benedict (1979)	testes compr e notas diários
10-12 meses	Perda de sensibilidade ao contraste entre consoantes não nativas	Werker & Tees (1984)	Escuta preferencial
10 ½ meses	Sensibilidade a itens funcionais	Shady (1996)	Escuta preferencial
11 meses	Sensibilidade à fronteira de palavras	Myers et al. (1996)	Escuta preferencial c/ técnica inserção pausa

11 meses	Sensibilidade a morfemas funcionais	Shafer et al. (1998)	Potenciais evocados (ERP-Event related potentials)
12 meses	Sensibilidade aos determinantes (em alemão)	Höhle & Weissenborn (2000)	Escuta preferencial
12 meses 12-13 meses	Compreensão 40 pals. Categorização de palavras novas como nome ou adjetivo em função da sua apresentação com ou sem artigo e marca morfológica de adjetivo (em inglês)	Benedict (1979) Waxman (1999)	testes compr e notas diários Fixação preferencial do olhar
13 meses	Extensão de vocabulário para referente/objeto similar	Behrend (1988)	Fixação preferencial do olhar/detecção de sinal
13 meses	Atenção a propriedade ou elemento de uma classe com base em pseudo-adjetivos e pseudo-nomes	Waxman (1999).	Fixação preferencial do olhar
16 meses	Compreensão de 100 pals.	Benedict (1979)	Testes de compreensão e notas diários
16 meses	Sensibilidade à posição estrutural dos itens funcionais na sentença	Shady (1996)	Escuta preferencial
18 meses	Sensibilidade a dependências descontínuas / janela de até 3 sílabas	Santelmann & Jusczyk (1998)	Escuta preferencial

Nesse quadro pode-se notar um desenvolvimento surpreendente das habilidades perceptuais da criança nos primeiros 18 meses de vida, que correspondem, de modo geral, ao período anterior à produção lingüística. Quando a criança começa a falar, por volta de um ano e meio, ela já tem um conhecimento implícito de sua língua que aos poucos vai se refletir na sua produção.

3.7

Discussão e conclusão:

A hipótese de trabalho que orienta esta tese considera que a criança faz uso da informação relativa a gênero expressa por subclasses de elementos da categoria D

para identificar o valor do traço intrínseco de gênero de nomes [animado]. Essa valoração do traço do nome seria estabelecida pela identificação da variação morfo-fonológica na categoria D, pelo reconhecimento de determinado valor na variação e pela transferência desse valor ao Nome (Corrêa, no prelo, 2001a; Name & Corrêa, 2002). Essa hipótese trata a aquisição de gênero gramatical pela criança como um processo dependente do mecanismo sintático de concordância no DP.

Considera-se que uma abordagem conciliatória de um modelo teórico de língua(gem) com um modo de processamento permitiria a compreensão, de forma abrangente, do problema da identificação do valor do traço de gênero de nomes desconhecidos pela criança.

Neste capítulo, foram vistas concepções de concordância dentro da teoria linguística gerativista. A concordância em termos de compartilhamento de traços (Frampton & Gutmann, 2000; Frampton et al., 2000) se mostrou particularmente interessante para o tratamento da identificação do traço de gênero dos nomes pela criança. Assumiu-se que o valor do traço de gênero identificado no item da categoria D seria compartilhado com o traço de mesma dimensão do nome, que seria então valorado. O estabelecimento do *parsing* do DP, conduzido por um processador de linguagem sobre unidades lexicais identificadas no fluxo da fala, permitiria o estabelecimento da concordância sintática entre o núcleo (D) e seu complemento (NP).

Para que a criança venha a perceber as variações morfo-fonológicas nos itens da categoria D é preciso que ela seja capaz de processar o material lingüístico que ouve e estabelecer relações com propriedades lingüísticas especificadas em um programa biológico. O *Bootstrapping* Fonológico (Morgan & Demuth, 1996; Christophe et al. 1997) considera o processamento do material acústico pelo bebê como meio de desencadear a aquisição da língua. Para isso, é necessário pressupor habilidades perceptuais precoces no bebê.

Foi vista uma série de experimentos sugerindo que o bebê paulatinamente se torna sensível à oração, a sintagmas e a palavras. Por outro lado, sua sensibilidade às especificidades dos elementos das categorias funcionais já está presente nos primeiros dias de vida e, no início de seu segundo ano, a criança é sensível a itens funcionais. Por volta de um ano e meio, ela apresenta sensibilidade a relações entre morfemas funcionais.

No entanto, ainda são necessárias evidências empíricas robustas de sensibilidade da criança aos determinantes. O experimento realizado no alemão apresenta resultado apenas marginalmente significativo (cf. Capítulo 2, 2.5.2), e não há conhecimento de experimentos semelhantes realizados em língua românica.

Dessa forma, foi realizado um experimento referente a sensibilidade a itens funcionais, em francês (Experimento 1) e um experimento sobre a sensibilidade a determinantes, em português (Experimento 2). Esses experimentos foram realizados com crianças entre 12 e 18 meses.

Em seguida, procurou-se ter evidências de que a criança, de posse dessa informação de natureza perceptual, seja capaz de relacionar os determinantes à sua categoria. Ainda, buscaram-se evidências de que a criança, em torno dos dois anos, seja capaz de estabelecer a concordância entre Determinante e Nome dentro do DP.

Para isso, foi feito um experimento (Experimento 3) em que a criança deparava com enunciados em que a posição estrutural reservada ao Determinante estava preenchida por um item funcional de outra categoria; ou ainda, estava preenchida por um determinante, mas de gênero diferente do nome (que era conhecido pela criança). Analisou-se se essas incongruências afetam a compreensão dos enunciados pela criança.

Finalmente, buscaram-se evidências de que a criança usa preferencialmente informação expressa pelo determinante para a identificação de gênero de nomes

desconhecidos. Foi realizado um experimento de produção eliciada (Experimento 4) com crianças de 2;6 a 3;1 anos, apresentando nomes e imagens desconhecidos, com pistas de gênero no determinante e na terminação do nome compatíveis ou não.

Esses experimentos serão apresentados e seus resultados, analisados, no capítulo V.